

**ATA Nº 3/ 2023****da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mora, realizada no dia 28/04/2023**

*(De acordo com o nº 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)*

1. Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu, em Sessão Ordinária, no Auditório Municipal do Parque de Feiras, a Assembleia Municipal de Mora, tendo estado presentes os seguintes membros convocados: Luís Simão Duarte de Matos (Presidente da Assembleia Municipal), Maria Joaquina Filipe Salgueiro (1.ª Secretária), Carlos Alberto da Silveira Biléu (2.º Secretário), António José Ameixeira Vitorino, João Carlos Durão Lopes Saraiva, António Manuel Matos Salgueiro, José Manuel Ribeiro Pinto, António Alberto Nunes Vitorino, João Aleixo Rodrigues de Carvalho, Nélia de Jesus Dias Aniceto Santos (CDU), Ana Paula Beja da Cruz Matos, Catarina Gato Vieira da Silva, João Manuel Marques Coelho, Miguel Filipe Chuço Maia, Floripes da Conceição Sousa Laurindo, Clemente Martinho Medeiros, Paula Alexandra Iordache e Custódia Maria Casanova (PS).
2. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: A Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, o Vice-Presidente, Hugo Carreiras e os Vereadores, João Marques (PS) e Marco Calhau (CDU).
3. O **Presidente da Assembleia Municipal** cumprimenta todos os presentes e deu início à sessão.
4. Na sequência da sua convocação para a presente sessão, apresentaram a justificação para a sua ausência os membros Anabela de Matos Aleixo, Ana Maria Prates Ramalho Aniceto, Vanda Lúcia da Silva Nogueira, Luis Miguel dos Santos Calhau, Rui Manuel David Barroso, Susana Sofia Dias Bonito, e João Miguel Lopes Fragoso (PS), os quais pediram a sua substituição. Justificou também a sua ausência o membro Fábio Alexandre Bicho Coelho (PS).

**PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não houve intervenção do público presente.



## PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

5. Pelo **Presidente da Assembleia Municipal** foram prestados esclarecimentos sobre o email institucional dos membros da Assembleia Municipal. Deu conhecimento de uma reunião que decorreu na Câmara Municipal, onde participaram os elementos da Mesa, a jurista da Câmara Municipal, o adjunto do Gap e a empresa responsável pela implementação nas autarquias da CIMAC, do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), tendo-se esclarecido os aspetos legais e administrativos, para a realização das transmissões das sessões da Assembleia Municipal, conforme está definido no Regimento da Assembleia Municipal de Mora, tendo sido distribuída documentação de suporte a todos os membros eleitos.
6. O **Presidente**, deu a palavra à **Presidente da Câmara Municipal**, que cumprimentou todos os presentes, agradeceu ao Presidente o esclarecimento das questões que se prendem com as transmissões das sessões da Assembleia Municipal, informando que muito em breve existirão condições técnicas para proceder às gravações das sessões, sempre na base do estabelecido pela Lei e de acordo com as orientações da equipa que presta serviço ao município nesta área. Mais informou que o RGPD é um tema bastante complexo e, no seu incumprimento, a autarquia e os seus autarcas, incorrem em coimas bastante elevadas e não fará sentido correr esse risco.
7. O **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou aos Grupos Municipais se pretendiam apresentar alguma intervenção.
8. Tendo-se registado algumas solicitações, o **Presidente** sugeriu que fossem apresentadas de forma alternada.
9. Foi apresentada a Saudação aos “50 Anos do Partido Socialista” (Anexo 15/23), apresentada pelo membro **Miguel Chuço** do grupo municipal do PS. Aplaudido pelos presentes.
10. Foi **aprovada**, por **unanimidade**, a Moção “Comemorar Abril, Afirmar e Valorizar o Poder Local Democrático” (Anexo 16/2023), apresentada pela Primeira Secretária **Maria Joaquina Salgueiro**, do grupo municipal da CDU.
11. Foi apresentada a Saudação ao “Movimento Associativo de Mora” (Anexo 17/23), apresentada pela membro **Ana Paula Beja da Cruz Matos**, do grupo municipal do PS.
12. Foi apresentado o Voto de Protesto ao “Discurso da Presidente da Câmara Municipal, na Sessão Solene do 25 de Abril”, apresentado oralmente pelo membro **João Carlos Saraiva**, do grupo municipal da CDU. O mesmo começa por referir que o grupo municipal da CDU, tem, desde o início deste mandato, tentado manter sempre o maior respeito pelas instituições e que foi apenas por esse espírito de respeito que, após a intervenção da Sra. Presidente da

Câmara, na Sessão Solene do 25 de Abril, não lhes foram logo dirigidas as críticas que consideravam ser necessárias fazer, mas que iriam ser feitas neste momento. Referiu que a Sra. Presidente entendeu que o seu discurso de homenagem ao 25 de abril deveria assentar num ataque cerrado à CDU e ao PCP, referenciando no mesmo discurso os milhões de mortos na União Soviética e na China, os quais são fruto de revoluções internas que todos lamentam, no entanto, esqueceu-se de falar nos milhões de mortos de Hiroshima e Nagazaki, no Vietnam, no Iraque, na Líbia, na Síria e na Ex-Jugoslávia que morreram devido a ataques realizados pela NATO e pelos Estados Unidos da América. Refere que o discurso proferido pela Sra. Presidente da Câmara é a prova de que o socialismo deste Partido Socialista está na gaveta, como proferiu o antigo líder socialista, Dr. Mário Soares e que pelo tempo decorrido, já deve estar com bastante mofo. Que relativamente ao voto de protesto, o mesmo fundamenta-se na afirmação da Sra. Presidente, que na ótica dos membros do grupo municipal da CDU é falsa, quando refere que ao longo de quarenta e oito ou quarenta e nove anos de atuação da CDU nas autarquias de Mora, existiu perseguição a trabalhadores. Esclarece que desses quarenta e oito anos, esteve à frente da autarquia treze anos, garantindo que nesses treze anos nenhum trabalhador foi perseguido pois nem o próprio permitiria, até porque, o partido do qual faz parte é o partido dos trabalhadores, não fazendo sentido que um partido que defende os trabalhadores, faça perseguição aos trabalhadores. Esclarece que nos treze anos em que esteve à frente da autarquia, não existiu qualquer processo disciplinar e nos mandatos que precederam o seu não tem conhecimento de perseguições a trabalhadores. Considerou que essa afirmação foi muito violenta e inaceitável e sendo falsa, se a Sra. Presidente considerar, deve pedir as devidas desculpas, deixando para sua reflexão a possibilidade, de que numa das próximas sessões da Assembleia Municipal, a CDU possa trazer a discussão eventuais casos de assédio moral a trabalhadores da Câmara Municipal no atual mandato.

13. **A Presidente** pediu a palavra para esclarecer que no discurso que proferiu na Sessão Solene do 25 de abril, nunca referiu que existiram 48 anos de perseguição, colocando o mesmo à disposição para que todos o possam ler e tirar as conclusões baseadas no que está redigido.
14. Foi apresentada a Declaração pela “Requalificação do Gameiro” (anexo 18/23), pela membro **Floripes da Conceição de Sousa Laurindo**, do grupo municipal do PS.

#### 15. **Aprovação da Ata da Sessão Anterior**

16. Foi aprovada, por **unanimidade**, o **Projeto de Ata Nº 1/2023**, referente à sessão realizada no dia 24 de fevereiro de 2023.

**17. Aprovação da Ordem do Dia da Presente Sessão**

**18. Foi aprovada, por unanimidade, a Ordem do Dia** da presente Sessão da Assembleia Municipal.

**19. ORDEM DO DIA:****20. Ponto Um – Proposta de aprovação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2022.**

**21. O Presidente**, deu a palavra ao **Segundo Secretário Carlos Bileu**, que referiu que o documento apresentado parece ser algo contraditório em relação ao que foi apresentado na anterior sessão, que apresentava um saldo orçamental de três milhões e meio de euros. Sendo os dois documentos de natureza diferente, agora o resultado é negativo na ordem de trezentos e vinte e quarto mil euros, o que neste sistema contabilístico acontece praticamente em todos os anos. Pediu à Dra. Angela Catarino para esclarecer como é que estes resultados negativos vão sendo acumulados anualmente e até onde pode ir o valor negativo. Mais referiu que as despesas com pessoal ascendem a 500 mil euros, o que deverá decorrer da transferência de competências e ainda nesse âmbito questiona acerca da transferência dos ativos em matéria de educação e da saúde, tendo sido transferidos para o Município da Escola Básica do 2º e 3º Ciclo e Secundária de Mora, que por falta de informação do Ministério da Educação, o seu valor patrimonial não se encontra refletido no património do Município, quanto ao imóvel do Centro de Saúde de Mora, também não foi comunicado qualquer valor sobre o imóvel. Considera que estas situações serão apenas parte dos problemas do processo da transferência de competências, as quais a CDU sempre considerou um presente envenenado para as autarquias, não se percebendo qual a influência futura nas contas do Município, que a não inclusão deste património nos ativos do município poderá originar.

**O Presidente** deu a palavra à **Presidente da Câmara Municipal**, para esclarecer o Ponto em questão.

Cumprimentou os presentes, clarificou, que apesar da transferência de competências da saúde, o imóvel do centro de saúde continua a ser pertença da Santa Casa da Misericórdia de Mora. Ficando o Município responsável pela renda. No que respeita à prestação de contas, trata-se da apresentação dos resultados da gestão financeira da Câmara Municipal de Mora face à estratégia política do executivo para o ano de 2022, onde espelha o rigor e a transparência do equilíbrio financeiro. Deu conhecimento, numa breve descrição, o que foi executado no ano de 2022, onde deram cumprimento ao compromisso assumido pelo programa eleitoral do executivo.

Em 22 de maio de 2022 teve início a primeira Reunião de Câmara descentralizada que se realizou na sede da Junta de Freguesia de Brotas, seguindo-se as restantes freguesias com uma ordem de sequência de duas



Promoveram atendimentos ao munícipe e colaboradores, permitindo com a iniciativa uma maior proximidade entre os mesmos, elaboraram o regulamento do orçamento participativo, que pretendia aprofundar a relação da autarquia local com os seus munícipes, através de uma partilha de interesses comuns. Foi apresentado à assembleia municipal a proposta de reestruturação dos serviços municipais, bem como o regulamento municipal de apoio ao associativismo local. Procederam à alteração das tabelas de algumas tarifas de preços. Elaboraram algumas normas de funcionamento referentes as Atividade de Animação e Apoio à Família, no âmbito do ensino pré-escolar e à Componente de Apoio à Família, no âmbito do primeiro ciclo do ensino básico, as quais não existiam até à data. Foram elaboradas várias candidaturas de projetos de financiamento, entre eles destacou o CACI-Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão de Mora, enumerando ainda outros como os elevadores para a Escola Básica 2/3 e Secundária e Escola Básica nº1 de Mora, a Estratégia Local de Habitação, o apoio financeiro para o Gabinete Técnico Florestal Municipal, foi prestado o apoio técnico e administrativo às associações do concelho, que se candidataram a fundos, dando como exemplo o Clube de Padel de Mora que viu aprovado o projeto para a cobertura do campo de Padel. Foi ainda lançada a Folha de Mora e no decorrer da BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, foi apresentado o novo logotipo do Município de Mora. Procedeu-se à designação do encarregado da proteção de dados e do responsável da cibersegurança do Município, tendo sido também designado o Coordenador Municipal da Proteção Civil. A Presidente enalteceu o envolvimento e dedicação de todos os trabalhadores que prestaram serviço em prol de todos, nas intempéries que assolaram o concelho no final do ano de 2022. Informou ainda q foram executados melhoramentos na qualidade e segurança de diversas vias e caminhos vicinais, foram instaladas lombas redutoras de velocidade e sinais de transito, procederam ainda à requalificação do parque de autocarros, proporcionando uma maior segurança aos seus passageiros.

A Presidente pediu autorização para que a **Chefe da DAF** explicasse tecnicamente o ponto.

Após autorizada, a técnica explicou e clarificou sobre as questões apresentadas.

22. Pediu a palavra o Vereador João Marques, que após autorização, cumprimentou os presentes, fazendo referência, relativamente à transferência de competências, e respeitando a posição do grupo municipal da CDU, conclui que, até à data, a transferência de competências não se mostrou uma situação complicada para o município. Financeiramente, informa que os valores recebidos do Governo Central, tem sido suficiente e tem sido possível dar resposta a todos os desafios apresentados. Queria deixar claro esta realidade, uma vez que este assunto tem sido abordado pelo grupo municipal da CDU. Refere ainda que após a prestação de contas e



passado um ano da transferência das competências no âmbito da educação, o Município verificou um saldo de cerca de 60.000 mil euros positivos, no que respeita à transferências de verbas, face aos custos operacionais.

23. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Ponto 1, tendo sido **deliberado**, por **unanimidade**, **aprovar a proposta de aprovação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2022**.

24. **Ponto Dois – Alteração e Ampliação do Edifício da Antiga Cantina da Escola Primária “Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão (CACI)” – Proposta de Adjudicação**

25. O **Presidente** informa que o grupo municipal da CDU nada tem a opor a essa questão, mas gostaria de deixar uma consideração à obra. Informa que têm sido colaboradores, concedendo à Câmara Municipal autonomia para pôr em prática a sua política e para que possa governar o Concelho, tem sido essa a postura da CDU na Assembleia Municipal. Relativamente à obra, manifestam alguma preocupação no que respeita ao valor, pois inicialmente o valor da empreitada seria de 500 mil euros, com financiamento aprovado de 85%, desse valor, contudo os números são agora bastante superiores e o financiamento será sempre 85% de 500 mil euros, pelo que todo o valor remanescente terá de sair dos fundos próprios da Câmara, podendo comprometer a saúde financeira da autarquia. Questiona ainda sobre se o edifício onde os clientes do CACI vão ficar durante a obra, necessita de ser requalificado para o efeito, pois nesse caso poderá encarecer mais o processo.

26. A **Presidente da Câmara** informou que este projeto não estava no programa eleitoral, mas surgiu a oportunidade de formalizar uma candidatura, congratulando-se por Mora ter sido o único Município do Distrito de Évora, contemplado com financiamento proveniente do PRR para este tipo de equipamentos. Esclarece que a conjuntura económica atual fez aumentar de forma muito significativa os valores das matérias primas, justificando a diferença de custo do projeto inicial, para o valor final de adjudicação da empreitada, aguardando-se por isso que o financiamento de 420 mil euros seja revisto e devidamente aumentado, de forma a que se possa beneficiar dos 85% de apoio como estava anteriormente assumido. Esclarece ainda que os Clientes do CACI vão ficar realojados no Centro Paroquial, onde tem todas as condições, que necessitam. Considera o município que este apoio é muito importante para os beneficiários desta valência, pretendendo promover a sua integração na sociedade através de programas próprios.



27. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Ponto 2, tendo sido **deliberado**, por **unanimidade**, aprovar a **Alteração e Ampliação do Edifício da Antiga Cantina da Escola Primária “Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão (CACI)” – Proposta de Adjudicação.**
28. **Ponto Três – Informação da Câmara Municipal prevista na alínea c) do nº. 2 do artigo 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro**  
A Assembleia tomou Conhecimento
29. Pediu a palavra o membro **José Pinto**, agradecendo à Câmara Municipal, ter lhe sido enviado o relatório sobre os estragos provocados pelas intempéries que assolaram o nosso Concelho, questionando sobre qual o valor que o Estado Português atribuiu ao concelho de Mora, para minorar o impacto financeiro que teve no Concelho.
30. **O Presidente dá a palavra à Presidente da Câmara Municipal**, a qual esclareceu que, à data e após várias diligencias e constantes reuniões que o Município tem promovido junto da CCDR, APA e Governo Central, estão a aguardar uma resposta que acreditam possa ser positiva, contudo ainda não tem uma resposta concreta de valores. Ocorreu em Lisboa uma audiência com o Secretário de Estado, estando a aguardar a adjudicação de valores que cubram todos os estragos. Talvez na próxima Sessão da Assembleia possa dar uma resposta mais detalhada.
31. **Ponto Quatro – Aprovação da minuta da ata da presente sessão**
32. Colocado este ponto à discussão e posterior votação foi **deliberado**, por **unanimidade**, aprovar a minuta da ata da presente sessão.
33. Não tendo havido mais assuntos a tratar, foi a sessão dada por encerrada quando eram 22 horas e 45 minutos do dia 28 de abril de 2023.



A Ata nº3/2023 aprovada, por unanimidade, na Sessão da Assembleia Municipal realizada em 30/06/2023, vai ser assinada pelos membros da mesa, assim como por mim, Maria João Oliveira, que a redigi e subscrevo.

(Presidente da Assembleia Municipal)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)

(Redator)